

A distinção entre matéria e forma dos fenômenos e a questão do inatismo na *Crítica da Razão Pura*

Marcos Antônio Chabbouh Junior¹

Resumo: O presente artigo tem o objetivo de discutir dois assuntos intrinsecamente conectados: (i) a estrutura do argumento da “Estética Transcendental” da *Crítica da Razão Pura* e (ii) o estatuto epistemológico e metafísico das representações do espaço e do tempo em Kant. Quer-se defender que o argumento kantiano não pressupõe uma distinção predeterminada entre matéria e forma dos fenômenos, mas que o conjunto do texto do filósofo busca, justamente, argumentar em favor dessa diferenciação. Para tanto, inicialmente, discutir-se-á a interpretação que Norman Kemp Smith faz da “Estética Transcendental” e levantar-se-ão três importantes problemas apresentados pelo comentador. Logo após, abordar-se-á a interpretação de H. J. Paton e sua proposta de solução para os problemas levantados por Kemp Smith. Por fim, concluir-se-á que a “Estética Transcendental” não pode visar argumentar em favor de que espaço e tempo são representações inatas porque isso inviabilizaria o argumento e iria contra certas afirmações explícitas de Kant.

Palavras-chave: Immanuel Kant; *a priori*; ideias inatas; espaço e tempo; formas dos fenômenos.

The distinction between matter and form of the appearances and the theme of innatism in the *Critique of Pure Reason*

Abstract: The present article aims to discuss two intrinsically connected subjects: (i) the structure of the argument of the “Transcendental Aesthetics” (ii) the epistemological and metaphysical status of the representations of space and time in Kant. It is argued that the Kantian argument does not presuppose a predetermined distinction between matter and form of phenomena, but that the entirety of the philosopher's text seeks, precisely, to argue in favor of this differentiation. To this end, initially, Norman Kemp Smith's interpretation of “Transcendental Aesthetics” will be discussed and three important problems presented by the commentator will be raised. Afterwards, H. J. Paton's interpretation and his proposal for a solution to the problems raised by Kemp Smith will be addressed. Finally, it will be concluded that “Transcendental Aesthetics” cannot aim to argue in favor of the innateness of space and time representations because this would make the argument unfeasible and would go against some of Kant's direct statements.

Keywords: Immanuel Kant; *a priori*; innate ideas; space and time; forms of appearances.

Introdução

Duas maneiras confortáveis de olhar para os argumentos de Kant na *Crítica da Razão Pura* passam por, inadvertidamente, colocá-los ou (i) como uma espécie de cartesianismo ou (ii) como responsáveis por efetuar uma síntese entre o empirismo e o

¹ Doutor, mestre e bacharel em filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor na Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas).

racionalismo. As duas interpretações têm como principais antecedentes históricos as posições de Adolf Trendelenburg (1840 e 1867) e de Kuno Fischer (1870) e, ainda hoje, encontram partidários nos postos acadêmicos. Em um caso como no outro, é bastante comum colocar a posição de Kant acerca de espaço e de tempo como parte de sua tendência racionalista-cartesiana e, então, assumir que o filósofo de Königsberg defende que o espaço e o tempo são inatos.

Nosso objetivo na presente exposição é o de, a partir de uma disputa entre Kemp Smith e Paton, mostrar que *não faz sentido falar em inatismo de espaço e de tempo* na “Estética Transcendental”. Mais precisamente, iremos explicitar qual a saída oferecida por Herbert James Paton em seu *Kant’s Metaphysic of Experience* para solucionar três problemas apontados por Norman Kemp Smith referentes à distinção entre matéria e forma dos fenômenos que, se corretos, tornam a doutrina da “Estética Transcendental” uma doutrina completamente implausível. Mostraremos que essa alternativa proposta por Paton é (i) a mais adequada e (ii) que ela implica que as representações de espaço e de tempo *não podem ser inatas*.

Para atingir tal objetivo, iniciaremos fazendo uma breve introdução à distinção entre matéria e forma dos fenômenos tal como exposta no primeiro parágrafo da “Estética Transcendental”. Em seguida, explicitaremos como o primeiro problema coloca em xeque a própria possibilidade de distinção entre matéria e forma dos fenômenos. Depois, mostraremos como o segundo problema aponta para uma absoluta ininteligibilidade da representação de fenômenos com características espaciais e temporais distintas. Logo após, mostraremos como Kemp Smith interpreta o primeiro item da “Exposição Metafísica” de espaço e tempo de tal maneira em que sua fecundidade dependa da distinção entre matéria e forma dos fenômenos, o que gera um terceiro problema: a inocuidade do argumento em favor do caráter não sensível de espaço e de tempo. A seguir, exporemos como Paton interpreta de modo diferente o trecho da distinção entre matéria e forma dos fenômenos, fazendo daquela passagem não mais um pressuposto para os argumentos seguintes da “Estética”, mas uma sumarização dos argumentos que aparecem na sequência; esse modo de interpretar serve para solucionar o primeiro problema e o terceiro problema. Mostraremos, então, como Paton interpreta o primeiro item da “Exposição Metafísica”. Logo depois, mostraremos como o intérprete soluciona o segundo problema, referente à representação de fenômenos com características espaciais e temporais distintas, por meio do apontamento textual da noção de *forma empírica dos fenômenos*. Por fim, concluiremos que a interpretação que Paton oferece para o primeiro

parágrafo da “Estética Transcendental” e para o primeiro item da “Exposição Metafísica” é superior à de Kemp Smith por se adequar melhor a literalidade do texto e por tornar a doutrina kantiana uma doutrina mais internamente coerente.

1. A distinção entre matéria e forma dos fenômenos e da sensibilidade

Kant nos oferece no primeiro item da “Estética Transcendental” uma distinção entre matéria e forma dos fenômenos² que, apesar da aparente simplicidade, possui diversas dimensões. Uma vez que a matéria é para Kant aquilo que no fenômeno corresponde à sensação (*Empfindung*) (Kant, 1787/2001, A 19-20 = B 31) ou é a própria sensação, comecemos por tratar dela.

Sensação é o efeito de um objeto sobre a nossa capacidade representativa na medida em que somos afetados por esse mesmo objeto (Ibid., A 19 = B 34). Duas considerações são aqui importantes. Primeira: o objeto ser dado significa *algo transcendente e independente estar presente*. Segunda: na medida em que algo transcendente está presente, esse algo (a) *afeta nossos sentidos* e (b) *produz um efeito em nós*. Por exemplo: quando uma folha de papel está em contato com a nossa visão ela a afeta de tal modo que nossa representação dessa folha é dotada de brancura. A matéria é justamente a parte de nossas representações dos objetos que diz respeito a características desse tipo; no exemplo dado elencamos a brancura, mas poderíamos ter apontado a maleabilidade, o odor característico, etc. (Cf. Ibid., A 20-21 = B 35). Justamente por isso, pode-se dizer que a matéria dos fenômenos é dada *a posteriori*, i.e, sua fonte (*Quelle*) é a experiência sensível (Cf. Ibid., B2).

A *forma*, por outro lado, é o que, no fenômeno, se distingue da matéria em todos os pontos citados: (1) diferentemente da matéria que tem a experiência sensível como fonte, a forma dos fenômenos reside na mente (*Gemüt*); (2) justamente por isso, a forma não tem sua origem na experiência sensível, ou seja, é *a priori* – diferentemente da matéria que é *a posteriori*; (3) a função formal não é a de fornecer dados sensíveis múltiplos, mas a de possibilitar a ordenação desses dados e (4) em oposição à matéria, as características formais dos fenômenos são outras; não são cor, odor, etc., mas sim, extensão, formato e duração, ou seja, características espaço-temporais (Cf. Ibid., A 20 =

² Por uma questão convencional já bastante consolidada nos estudos de Kant em língua portuguesa, traduziremos *Erscheinung* como “fenômeno”. Assim, quando estivermos discutindo “fenômenos”, estaremos discutindo o que Kant chama de *Erscheinungen*.

B 34). No exemplo da visão da folha de papel, as características formais são, entre outras, seu formato retangular e sua extensão, por exemplo, 20cm de largura por 30cm de comprimento.

De uma maneira mais organizada, poderíamos diferenciar matéria e forma dos fenômenos com respeito à: (1) função, (2) origem, (3) acesso às características e (4) tipos de características. (1) *A função* da matéria seria fornecer dados sensoriais e a da forma possibilitar a ordenação no espaço e no tempo. (2) *As características* materiais seriam cor, odor, impenetrabilidade, dureza, sabor, etc. e as formais seriam extensão, formato e duração. (3) *A fonte* da matéria seria a experiência e a fonte da forma seria a mente. Por fim, (4) o *acesso àquelas características/conteúdos* da matéria aconteceria por ter fonte na experiência sensível e somente mediante essa; as características formais, no entanto, nós poderíamos acessá-las antes (*vor / vorher*) de qualquer percepção real, i.e, *a priori* o que explicaria a regularidade na percepção dessas e a não regularidade na percepção das outras.

2. Os problemas levantados por Kemp Smith

Um *primeiro problema* referente a essa distinção entre matéria e forma dos fenômenos, que foi levantado primeiramente por William James, mas depois foi retomado por Hans Vaihinger (1881) e por Norman Kemp Smith (1918/1923, p. 86), é o da própria possibilidade de distinção. Kant diz que características de um primeiro tipo (cor, odor, etc.) são dadas na sensação e que as características de um segundo tipo (extensão, duração, formato etc.) são dadas independentemente da sensação. O que Kemp Smith se pergunta (pergunta para a qual não encontra resposta) é: Por que não poderia ser que características do segundo tipo – como formato, extensão e duração – fossem percebidas por nós também pela sensação? Dito de outro modo, se nós podemos perceber a cor branca da folha de papel pela sensação o que nos impossibilita, de princípio, que percebamos o formato retangular deste objeto pela mesma sensação?

A crítica fica ainda mais forte levando em consideração os resultados pretendidos por Kant na “Estética Transcendental”. Para o filósofo, não é só conclusivamente verdadeiro dizer que o espaço e o tempo não têm sua fonte na sensação, mas, também, que eles são representações necessárias (Kant, 1787/2001, A 24 = B 39 e A 31 = B 46). Se isso é correto, uma explicação mais fácil para a necessidade dessas representações

seria o fato de que elas simplesmente manifestam uma característica da natureza como ela é em si mesma.

O *segundo problema* deriva das conclusões sobre a origem e sobre o acesso às características formais: se a forma dos fenômenos repousa na mente e nós percebemos características formais dos fenômenos independentemente de *qualquer* impressão dos sentidos (Cf. *Ibid.*, A 19-20 = B 34), que são, por sua vez, os efeitos dos objetos em nós, o que poderia explicar as diferenças de características espaciais e temporais de cada fenômeno particular? Por que um evento percebido dura mais e outro menos? Por que a folha de papel me aparece como retangular e a moeda me aparece como circular?

O primeiro problema do qual falamos mina a própria possibilidade de distinção entre matéria e forma dos fenômenos. Se o que se segue na “*Estética Transcendental*” pressupõe essa distinção – coisa que a ordem textual sugere –, então precisamos ou (i) oferecer argumentos para defender tal distinção ou então, como Paton fará, (ii) necessitamos supor que a distinção aparece no texto como um resumo não-qualificado do que ainda será demonstrado. O segundo problema, diferentemente, impede que a doutrina da “*Estética*” faça qualquer sentido e nos impede de explicar um fato bastante banal do curso de nossa experiência sensível: o fato de que fenômenos particulares possuem características espaciais e temporais distintas. Por essa razão, a única saída é qualificar a afirmação sobre a origem e sobre o acesso que temos às características formais.

3. A dependência que o primeiro item da “Exposição Metafísica” tem com relação à distinção entre matéria e forma dos fenômenos

Como indicamos anteriormente, para Kemp Smith, os primeiros itens das “*Exposições Metafísicas*” do tempo e do espaço pressupõem a distinção entre matéria e forma dos fenômenos. Segundo esse intérprete, o argumento deste primeiro item seria o seguinte: sensações, isto é, qualidades dos fenômenos tais como odor e cor, não são nem espaciais e nem temporais, coisa que já teria sido estabelecida no trecho da distinção entre matéria e forma dos fenômenos. Nós posicionamos os objetos e os eventos (que sabemos que nos afetam pela sensação) em lugares distintos no espaço e em instantes distintos no tempo. Se esse é o caso, esse posicionamento deve ter sido de alguma maneira adicionado àquelas sensações, dada a não espaço-temporalidade delas mesmas. Assim, sendo dado que o sistema de alternativas suposto por Kant é o de que os elementos da experiência ou são supridos pela sensação ou são supridos pela mente, o espaço e o tempo devem ser

contribuição da mente e não das sensações e, conseqüentemente, são representações *a priori*.

Na interpretação de Kemp Smith, esse argumento se basearia inteiramente naquela pressuposição equivocada de Kant de que características espaciais e temporais não podem ser supridas pelas sensações. É importante, ainda, frisar que, para o intérprete escocês, Kant estaria aqui não somente pressupondo aquilo que apontamos no primeiro problema, mas desenvolvendo aquilo que apontamos no segundo. Kant basearia a força do seu argumento na própria distinção entre matéria e forma dos fenômenos e concluiria que espaço e tempo são *a priori* tendo origem na mente, o que cria aquela dificuldade relativa à explicação de diferenças formais de fenômenos particulares.

O *terceiro problema*, que surge justamente desse ponto, é o de que, nessa versão interpretativa, o argumento kantiano simplesmente não faz sentido. Como não poderíamos assumir a validade de uma distinção não discutida entre matéria e forma, como, tampouco, poderíamos ignorar o fato de que fenômenos diferentes apresentam características espaciais e temporais diferentes, então não poderíamos aceitar que a forma seja adicionada à matéria dos fenômenos. Assim, simplesmente não poderíamos concluir com Kant que o espaço e o tempo são representações puras.

Ademais e inevitavelmente, se supusermos essa estrutura argumentativa para a “Estética Transcendental”, temos de chegar à mesma conclusão de Kemp Smith. Isto é, se Kant está argumentando que existe uma distinção fundamental entre matéria e forma dos fenômenos, se o filósofo prussiano se pretende autorizado a supor que a forma é contribuição da mente e que, justamente por isso, sua representação é *a priori*, então, também temos de assumir que a representação do espaço é uma *representação inata* (Cf. Kemp Smith, 1918/1923, p. 93).

4. A resposta de Paton para o primeiro e para o terceiro problema

Como falamos anteriormente, Paton discorda do próprio ponto de partida da crítica de Kemp Smith com respeito à distinção entre matéria e forma dos fenômenos. Segundo Paton, Kant não poderia e nem pretendia pressupor a distinção entre matéria e forma dos fenômenos e nem, tampouco, suas respectivas afirmações referentes à fonte dessas formas (Paton, 1936, pp. 101-103). Ao contrário, os argumentos em favor da tese de que os elementos formais condicionantes da ordenação são, por um lado, *a priori* e, por outro lado, residem na mente, acabariam por ser desenvolvidas ao longo da “Estética

Transcendental” e o corpo desses argumentos seria o texto das “Exposições Metafísicas” e das “Exposições Transcendentais” (e também, em certo sentido específico, das “Consequências”). Apesar de, segundo Paton, a distinção se apresentar com a aparência de um argumento, ela, na verdade, é uma mera sumarização do verdadeiro argumento a ser apresentado na sequência. Ou seja, na leitura que Paton faz, a tese de que a forma e a matéria dos fenômenos se distinguem em *tipo de acesso, função, tipos de características representadas e origem* precisaria de argumentos próprios que seriam desenvolvidos no corpo da “Estética Transcendental” como um todo.

5. O primeiro item da “Exposição Metafísica” de acordo com Paton

Segundo Paton, o argumento do primeiro item da “Exposição Metafísica” consiste no seguinte: a experiência sensível envolve situar representações externas em lugares no espaço e todas as representações (externas e internas) em momentos temporais. Situar representações externas em lugares no espaço e quaisquer representações em instantes no tempo envolveriam as representações de espaço e de tempo como referenciais (Ibid., pp. 109-110). Por isso, as representações de espaço e de tempo participam da experiência de maneira distinta do que ocorre com as representações sensoriais: apesar de ambas, as posições espaço-temporais e as sensações, só serem dadas no curso da experiência, as primeiras (posições espaço-temporais) só fundamentam-se supondo representações de espaço e de tempo que, justamente por essa razão, não podem ser derivadas da própria experiência sensível.

Desse modo, o argumento de Kant seria o de que as relações espaço-temporais particulares requerem representações de espaço e de tempo que não tenham a própria experiência sensível como fonte. Nesse item do texto, Kant estaria, de acordo com Paton, argumentando em favor da tese que Kemp Smith supunha estar pressuposta, a saber, da distinção entre matéria e forma dos fenômenos. Ou seja, esse argumento teria como função mostrar que forma e matéria dos fenômenos são distintas com respeito ao *tipo do acesso que temos a esses conteúdos*. Além disso, a interpretação de Paton não implica que as características formais (espaço-temporais) dos fenômenos particulares residam na mente. A tese seria, então, a de que as representações dos *sistemas de relações espaço-temporais* têm de ser pressupostas para as relações espaciais e temporais particulares desses fenômenos.

A interpretação de Paton tem duas grandes vantagens: (1) nela, o argumento desse primeiro item não se basearia em uma distinção prévia entre matéria e forma dos fenômenos, podendo ser um argumento para tal diferenciação; (2) ela permite explicar, depois, que as formas particulares dos fenômenos específicos dependem, sim, de alguma maneira, das sensações, por negar a relação entre *aprioridade* e residência mental das formas dos fenômenos.

6. A resposta de Paton para o segundo problema

Ao segundo problema, o da impossibilidade de explicar as diferenças espaciais e temporais particulares dos fenômenos a partir da tese de que tempo e espaço residem na mente, Paton (Ibid., p. 136) irá responder notando que Kant fala em forma dos fenômenos *pura*³, mas também em forma dos fenômenos *empírica*⁴ e que apenas a primeira seria contribuição do sujeito. Algo equivalente ocorre, por exemplo, no caso das categorias; a *causalidade* é contribuição da mente, mas as relações causais particulares devem ser ao menos parcialmente determinadas pela coisa (ou pelas coisas) (Ibid., p. 139).

A vantagem de notar esses dois usos do termo “forma dos fenômenos” não é unicamente a de poder explicar na teoria kantiana de espaço e de tempo por que os objetos e eventos têm figuras, extensões e durações particulares distintas. Passa-se também a poder escapar de uma possível futura objeção, a saber, a de que se características formais particulares e características formais necessárias provêm da mesma fonte (a mente) não se poderia, então, distinguir qual elemento da contribuição subjetiva é universal e necessário e qual é contingente.

7. A questão do inatismo a partir da interpretação de Paton

Os argumentos das “Exposições Metafísicas” são o *locus* próprio da argumentação em favor da distinção entre matéria e forma dos fenômenos. Assim, temos uma total outra estrutura argumentativa do que aquela proposta por Kemp Smith.

³ Os exemplos desse uso são incontáveis, mas, por exemplo, no sentido que mais nos interessa, “deverá encontrar-se absolutamente *a priori* no espírito a *forma pura das intuições sensíveis* em geral” (Kant, 1787/2001, A 20 = B 34)

⁴ O uso dessa expressão é mais escasso não ocorrendo nenhuma vez na “Estética Transcendental”. Apesar disso, Kant fala na “Dedução Transcendental das Categorias” da primeira edição em “[...] diferença (*Verschiedenheit*) de suas [dos fenômenos] *formas empíricas*” [grifo nosso]. (Ibid., A 127-128).

Em primeiro lugar, o primeiro item da “Estética Transcendental” não possui qualquer argumento, mas (i) uma série de definições preliminares e (ii) um resumo do verdadeiro argumento que será desenvolvido ao longo do texto. Assim, é parte necessária da estrutura proposta por Kant iniciar discutindo matéria e forma dos fenômenos, pois esses (i) são os termos preliminares para a discussão e (ii) serão o centro da argumentação das “Exposições Metafísicas”.

Em segundo lugar, as “Exposições Metafísicas” e, em especial, o primeiro dos seus itens, tem a tarefa de argumentar em favor das teses de que (i) a matéria dos fenômenos tem fonte nas sensações – ou seja, nos efeitos dos objetos sobre nossas capacidades representativas – e que (ii) a forma dos fenômenos, espaço e tempo, não tem as sensações como fonte. E esse argumento procede por notar a diferença entre características como cor e odor e a orientação dos objetos no espaço e no tempo.

Em terceiro lugar e por fim, se se leva em consideração as críticas de Kemp Smith e a resposta de Paton para elas, não faz sentido defender o inatismo com respeito às representações de espaço e de tempo. Isso porque o inatismo implicaria diretamente no segundo problema de Kemp Smith: se as representações de espaço e de tempo residem na mente, prontas para serem aplicadas aos fenômenos, não haveria qualquer explicação razoável para a diferença dos formatos e das durações particulares dos objetos e dos eventos. É justamente por isso que, como aponta Paton, Kant precisa distinguir em forma pura e forma empírica dos fenômenos. É também por isso que nunca podemos esquecer o que o próprio Kant diz em 1770 e em 1790 sobre inatismo:

Por fim, ocorre a todos quase espontaneamente a questão de se ambos os *conceitos* [de tempo e espaço] são inatos ou adquiridos. [...] a primeira [a questão de se espaço e tempo são inatos] não deve ser admitida cegamente, pois abre caminho para uma filosofia de preguiçosos (Idem, 1770/2005, AA: II 406).

E também que “A Crítica não admite em absoluto representações implantadas divinamente ou inatas” (Idem, 1790/1923, AA VIII: 221).

Considerações finais

Esperamos ter mostrado como Paton responde ao problema da possibilidade da distinção entre matéria e forma dos fenômenos, como ele contesta o problema da consequente impossibilidade de explicação das diferenças de características formais em

fenômenos particulares e como ele é capaz de reinterpretar o primeiro item das “Exposições Metafísicas” a partir de sua alternativa de explicação da distinção.

Ao primeiro problema, o intérprete responde que a distinção não é um argumento pressuposto pelas “Exposições”, mas, diferentemente, um resumo do que deve ser defendido por elas. No caso do primeiro item das “Exposições” – como pretendemos ter mostrado – Kant não estaria se baseando na distinção entre matéria e forma dos fenômenos para provar, a partir disso, a “residência mental” de espaço e de tempo, mas sim que espaço e tempo, enquanto formas – e não matéria – dos fenômenos, são percebidos independentemente da experiência sensorial.

Ao segundo problema, Paton mostra que Kant fala em forma *pura* dos fenômenos, mas também fala em forma *empírica* dos fenômenos o que, assim como no caso da causalidade pura e das relações causais particulares, permite com que Kant afirme a absoluta *aprioridade* da primeira, mas a dependência sensível parcial da segunda.

Assim, efetuando uma avaliação mais global do texto kantiano, resta claro que o que o pensador pretende na “Estética Transcendental” não é estabelecer que as formas dos fenômenos são inatas – o próprio filósofo nega essa possibilidade. Dentro do horizonte interpretativo proposto por Paton, diferentemente, é possível perceber que Kant está estabelecendo: (i) que existe a sensibilidade – paralelamente ao entendimento – como capacidade inata, (ii) que a sensibilidade possui condições determinadas e (iii) que essas condições determinadas podem ser representadas por nós, *a priori* – i.e, sem fonte na experiência –, como as intuições de espaço e de tempo.

Referências Bibliográficas

- Chabbouh Junior, M. A. (2014) *A aprioridade e a subjetividade de espaço e tempo na “Estética Transcendental”*. São Paulo: Educ.
- Descartes, R. (1641). *Meditações sobre filosofia primeira*. Trad. Fausto Castilho. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- Descartes, R. (1644). *Princípios da Filosofia*. Trad. João Gama. Lisboa: Edições 70, 1997.
- Fischer, K. (1870) *Anti-Trendelenburg: Eine Gegenschrift*. 2ª ed. Jena: Hermann Dabis.
- Kant, I. (1787) *Crítica da Razão Pura*. 5ª Edição. Trad. Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

- Kant, I. (1770). “Forma e princípios do mundo sensível e do mundo inteligível”. Trad. Paulo L Licht dos Santos. In: *Escritos pré-críticos*, 1ª edição. São Paulo: Editora Unesp, 2005, p. 219 – 282.
- Kant, I. (1790). “Über eine Entdeckung, nach der alle neue Kritik der Reinen Vernunft durch eine ältere entbehrlich gemacht werden soll”. In: *Kant's Gesammelte Schriften*. Berlin e Leipzig: Walter de Gruyter & Co. vol. 8, pp. 185-252, 1923.
- Kemp Smith, N. (1918). *A Commentary to Kant's Critique of Pure Reason*. New York: MacMillan Company, 1923.
- Paton, H. J. (1936). *Kant's metaphysic of experience: a commentary on the first half of the Kritik der reinen Vernunft*. New York: MacMillan Company.
- Trendelenburg, F. A. (1867). “Über eine Lücke in Kants Beweis von der ausschliessenden Subjektivität des Raumes und der Zeit”. In: Trendelenburg, F. A. *Historische Beiträge zur Philosophie*. Berlin: Verlag von G. Bethge, vol 3, p. 215-276.
- Trendelenburg, F. A. (1840). *Logische Untersuchungen*. Berlin: Gustav Bethge, vol 1.
- Vaihinger, H. (1881). *Kommentar zu Kants Kritik der Reinen Vernunft*. Stuttgart: Verlag von W. Spemann, vols. 1 e 2.